



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-Eixo: Ênfase em Questão Urbana

MODERNIDADE E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: NOTAS REFLEXIVAS A PARTIR DE UMA LEITURA DO TERRITÓRIO

Thaís Ribeiro Esteves¹

Resumo: Este trabalho consiste em reflexões feitas na nossa pesquisa de mestrado em Serviço Social, cujo tema versou sobre a política de educação profissional brasileira e o território vale-paraibano paulista. No percurso da pesquisa, esteve presente a noção de que o Brasil é um país de modernidade inconclusa, onde prevalece um desencontro marcante entre o econômico e o social. Consideramos que o (des)encontro de temporalidades históricas é parte integrante da dinâmica de urbanização do espaço do Vale do Paraíba-SP, com reflexos na política de educação profissional, que tende a incorporar a modernidade à brasileira, que preserva elementos da nossa formação socio-histórica.

Palavras-chave: Modernidade, Educação Profissional, Território, Vale do Paraíba-SP.

Abstract: This work consists of reflections made in our master's research in Social Work, whose theme was the Brazilian professional education policy and the territory of the Vale do Paraíba of São Paulo. In the course of this research, the notion was that Brazil is a country of unfinished modernity, where there is a marked disagreement between the economic and the social. We consider that the (dis) encounter of historical temporalities is an integral part of the urbanization dynamics of the Vale do Paraíba-SP space, with repercussions on professional education policy, which tends to incorporate modernity into Brazilian, which preserves elements of our social and historical formation.

Keywords: Modernity, Professional Education, Territory, Vale do Paraíba-SP.

1. Introdução

Em nossa pesquisa de mestrado objetivamos apreender as múltiplas determinações da política de educação profissional no Vale do Paraíba – SP, no contexto da implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) em cidades da região. Nesse sentido, buscamos, a partir do referencial teórico-metodológico de Henri Lefebvre e sua compreensão do espaço enquanto expressão de muitas temporalidades históricas, datar historicamente as relações sociais presentes no território vale-paraibano, bem como os caminhos da educação profissional brasileira, com vistas a uma análise do tempo presente.

Partimos da compreensão que o (des)encontro de temporalidades é parte integrante da dinâmica de urbanização presente nesse espaço, com reflexos na política de educação profissional. Dessa maneira, através de análise bibliográfica e da observação participante,

¹ Profissional de Serviço Social, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, E-mail: thaís.resteves@gmail.com.

procuramos compreender o Vale do Paraíba paulista, a partir da apreensão de suas determinações políticas, econômicas e culturais.

No percurso da pesquisa esteve presente a noção de que o Brasil é um país de modernidade inconclusa (MARTINS, 2015), onde prevalece um desencontro marcante entre o econômico e o social. O trabalho aqui apresentado versa sobre a expressão dessa noção de modernidade inconclusa no território vale-paraibano, com rebatimentos na política de educação profissional.

2. O Vale do Paraíba no contexto da formação socio-histórica brasileira e a chegada do IFSP na região: entre a imagem do moderno e a persistência do atraso

A região do Vale do Paraíba passou por muitas e por significativas transformações de cunho socioeconômico, demográfico e urbanístico durante seu processo histórico. Podemos dizer que é um território que expressa bem as contradições presentes na sociedade brasileira. Essas mudanças ocorridas carregam, entretanto, tempos passados, nas relações sociais de produção e na reprodução da vida social. O desencontro de temporalidades, decorrente do próprio processo histórico, é, pois, parte integrante da dinâmica de urbanização que caracteriza hoje as cidades do Vale do Paraíba.

Para Martins (2015),

[...] o estudo da modernidade nos países latino-americanos, como o Brasil, passa, isso sim, pelo reconhecimento de sua anomalia e inconclusividade, embora tenha se tornado entre nós quase um cacoete de país subdesenvolvido na era da globalização: mais se fala da modernidade do que ela efetivamente é. As misérias, como o desemprego e o subemprego, os valores e as mentalidades produzidos pelo desenvolvimento dependente são partes integrantes da modernidade, embora de um ponto de vista teórico e tipológico não façam parte do moderno (p.17-18).

Assim, a modernidade² somente pode ser compreendida quando há a consciência crítica do moderno. Dessa maneira, não pode ser confundida com objetos e signos do moderno, já que não se restringe a eles.

Um dos signos do moderno presente na região vale-paraibana é a Rodovia Presidente Dutra, principal via rodoviária brasileira, parte integrante da dinâmica da vida no

² O advento da modernidade data do século XVIII, a partir do Iluminismo (“Século das Luzes”) e da Revolução Francesa, os quais, sem dúvida, trouxeram muitas conquistas para a humanidade, como a Razão e os valores modernos de liberdade, igualdade e fraternidade, em detrimento do Antigo Regime Absolutista. Entretanto, conforme nos alerta Löwy (apud QUERIDO, 2008), é necessário que a modernidade seja vista de forma dialética, já que, se por um lado temos essas conquistas, por outro lado, o “progresso” da civilização industrial capitalista moderna produziu, por exemplo, Auschwitz, Hiroshima e, em pleno século XXI, a crescente degradação da natureza.

Vale do Paraíba. Essa rodovia teve (e tem) papel importante para a região, no que concerne principalmente os aspectos do desenvolvimento econômico e sua conseqüente urbanização. Constituiu-se historicamente como o eixo preferencial para a instalação de indústrias na região. Em pleno início do século XXI, podemos observar que ao seu redor aglomeram-se importantes indústrias, serviços, polos tecnológicos, bem como unidades educacionais. As cidades à sua margem vivenciaram um processo de expansão e conurbação crescente e rápido. Sua localização, tida como “privilegiada” por ligar as maiores e principais cidades do país – São Paulo e Rio de Janeiro –, além do fluxo de ligação com outras rodovias importantes, o que é um aspecto relevante que contribui para uma certa “propaganda” da região, colaborando para reforçar o ideário do “moderno”, ou melhor, de um “signo do moderno”.

Sobre essa questão, Oliveira e Gomes (2010), advertem-nos

[...] os signos do mundo contemporâneo estão materializados nas paisagens urbanas, onde o capital se acumula visivelmente e as formas de privatização do espaço público se multiplicam e, todavia, no contraponto de um mesmo padrão de expansão urbana com discrepâncias do desenvolvimento social, como de resto em toda a formação socioespacial brasileira. **De um lado, implantações de grande porte, tecnologicamente avantajadas e não raro abrigando renomadas instituições, ao longo da Dutra e das grandes vias articuladoras dos fluxos urbanos e, de outro lado, as paisagens improvisadas dos centros de grande carência, atestando as distorções do crescimento, a indefinição do poder público e a ausência de uma ação em concerto com a dos cidadãos** (p. 62-63 – grifo nosso).

Dessa maneira, somente o discurso que se tem sobre a região não é capaz de explicá-la em sua realidade, ou seja, em sua totalidade. Nesse sentido, podemos citar como exemplo o episódio da reintegração de posse da comunidade do “Pinheirinho” em 2012, ocorrido em São José dos Campos. O episódio ficou (re)conhecido internacionalmente pelas fortes violações de direitos humanos, cometidas pelo Estado³.

No Vale do Paraíba podemos constatar, então, a forte presença da contradição entre os avanços da dita modernidade nas áreas da produção e da tecnologia e o atraso e o conservadorismo nas áreas social e política. Ou seja, um descompasso entre os desenvolvimentos econômico e social, explicável se atentarmos para a formação socio-histórica brasileira.

³ A reintegração de posse do Pinheirinho foi realizada em janeiro de 2012. O Pinheirinho foi uma ocupação localizada na Zona Sul de São José dos Campos, com número de habitantes estimado entre 6 mil e 9 mil moradores, que ocupavam a área – abandonada havia cerca de 20 anos – desde 2004. O local contava com associações de moradores, igrejas, estabelecimentos comerciais e espaços de lazer. A desocupação contou com conflitos entre moradores e autoridades, com uma série de denúncias de violações de direitos humanos cometidos por parte do Estado, que tiveram repercussão nacional e internacional. A decisão de reintegração de posse foi tomada em meio a um imbróglia jurídico, tendo a justiça federal suspenso a ação, e a justiça estadual ignorado tal suspensão. A legitimidade e a validade jurídica da determinação estadual foram questionadas por diversos órgãos.

Ianni (2004) infere que a peculiaridade básica da formação social brasileira, que adentra o século XX – e podemos dizer que também o século XXI – é a de que o presente capitalista, industrializado, urbanizado, convive com vários momentos pretéritos, sempre respondendo ao comando da reprodução ampliada do capital, em escala internacional. “O Brasil Moderno parece um caleidoscópio de muitas épocas, formas de vida e trabalho, modos de ser e pensar [...]” (p. 61).

Nesse sentido, a partir da obra de Caio Prado Júnior, Ianni (2014) busca a interpretação da formação da sociedade brasileira a partir da compreensão de três processos que, para o autor, constituem o presente, caracterizam o Brasil e acabam por revelar como o presente se articula com o passado. São eles: o sentido da colonização, o peso do regime de trabalho escravo e a peculiaridade do desenvolvimento desigual e combinado. Tais processos marcaram toda a história brasileira.

Compreendemos que o Vale do Paraíba é uma região em que a expressão de caleidoscópio é evidente, ao realizarmos uma análise socio-histórica da sua constituição enquanto espaço. As mudanças espaciais pelas quais o território passou se relacionam, sobretudo, com as transformações das relações sociais de produção. No cerne dessas mudanças, esteve sempre presente a busca pela “modernidade”, mas sob o imperativo do desenvolvimento desigual. Dessa maneira, os acontecimentos político-econômicos no Brasil desenrolaram-se com o objetivo último voltado ao exterior.

Face ao exposto, é através da identificação de acontecimentos importantes no espaço e no tempo que compreendemos as bases onde foram instaladas, no início do século XXI, unidades do IFSP na região. Compreendemos a relevância da chegada do IFSP no Vale do Paraíba, devido a uma lacuna histórica da política de educação profissional nesse território. Se essa região passou por grandes transformações socioeconômicas que levaram a uma urbanização crescente, com expressiva participação da migração na constituição da sua população, além de uma centralidade no cenário político-econômico nacional, a oferta da educação profissional, enquanto política pública, não acompanhou a demanda territorial.

Na década de 2010, quando enfim se instalam unidades federais de educação profissional nas cidades de São José dos Campos e de Jacareí, tanto a instituição quanto a região vale-paraibana já não são as mesmas de outrora, embora sejam constituídas por temporalidades históricas. Assim, há relações sociais de diferentes épocas presentes no espaço, que precisam ser consideradas para que vislumbremos as possibilidades históricas “presentes no presente”. No entanto, essas possibilidades não devem ser confundidas com

o retorno ao passado e/ou com a perspectiva “moderna” à brasileira, já que, enquanto país capitalista dependente, a busca pela modernidade restringiu-se às transformações econômicas, ancoradas nos símbolos do moderno.

À modernidade inconclusa brasileira, que ocasionou uma fragilidade em termos de democracia e de cidadania no país, somam-se as transformações societárias em nível mundial que se iniciam a partir de 1970, as quais trouxeram grandes implicações para o mundo do trabalho em escala global. Ademais, nesse período é possível verificar que a urbanização acelerada provocou mudanças substantivas no espaço. Podemos dizer, a partir do pensamento lefebvriano, que as cidades industriais dão lugar, assim, às cidades “urbanas”.

Monte-Mór (2006) assinala que no plano legal as cidades do país são definidas pelos perímetros urbanos das sedes municipais. Todavia, as áreas urbanizadas abarcam amplos espaços circunvizinhos às cidades, cujo espaço urbano integrado se estende sobre os territórios limítrofes e distantes em um processo de expansão que começou no século XIX e se acentuou de modo irreversível no século XX. Soma-se a isso a noção de que

[...] Nas escalas local, regional e nacional, as cidades definem as formas de organização da população e a localização das atividades econômicas, referenciam identidades sociais e definem as formas várias de constituição comunitária (Ibidem, 2006, p.10).

Conforme Monte-Mór (2006), pode-se falar em uma “urbanização extensiva”, que se impõe no espaço brasileiro, para muito além das cidades. Ela integra os espaços rurais e regionais ao espaço urbano-industrial. Assim,

Tenho chamado de urbanização extensiva esta materialização sócio-temporal dos processos de produção e reprodução resultantes do confronto do industrial com o urbano, acrescida das questões sociopolítica e cultural intrínsecas à pólis e à civitas, que têm sido estendidas para além das aglomerações urbanas ao espaço social como um todo.[...] Essa é a realidade – a sociedade urbana – que se coloca hoje como virtualidade e objetividade no Brasil, constituindo-se em condição para a compreensão do espaço social contemporâneo (Ibidem, 2006, p.15).

Essa leitura do espaço contemporâneo nos auxilia na compreensão do Vale do Paraíba na entrada do século XXI. As cidades vale-paraibanas foram se constituindo como um espaço para além da cidade. Lefebvre (1989) adverte-nos, entretanto, para o grande risco que a extensão da urbanização traz em seu bojo: o de homogeneização do espaço e de desaparecimento das diversidades.

Nesse sentido é que compreendemos que pensar social e territorialmente a política de educação profissional – sobretudo o IFSP – envolve pensar essas cidades não de forma estanque, mas como uma região, uma “urbanização extensiva”, com o devido cuidado para não reforçar a homogeneização espacial. A região vale-paraibana é constituída por

diversidade geográfica, cultural e econômica, por pequenos e médios municípios, com áreas de grandes e baixas densidades populacionais. O aspecto do desenvolvimento industrial e tecnológico não está presente em todas as cidades.

Nossos referenciais teórico-metodológicos e nosso percurso de pesquisa evidenciou-nos que a interface das políticas sociais com o território deve ser pensada para além das técnicas que procuram organizar o espaço, bem como dos indicadores socioeconômicos disponíveis, apesar de eles serem relevantes para quaisquer ações públicas. Constitui uma necessidade, então, compreender o espaço também na forma de como ele foi produzido, além de como ele é vivenciado em seu cotidiano.

Dados estatísticos mostram-nos, por exemplo, que a região Sudeste brasileira concentra a maior parte da população nacional (42,1%) e abriga a maior parcela da estrutura produtiva do país, com 54% do PIB nacional (GOMES; CARDOSO, 2015). Ademais,

Maior PIB per capita brasileiro, com o mercado de trabalho mais estruturado (maiores taxas de formalização, melhores empregos, maiores rendimentos médios etc.) e os melhores indicadores sociais. **Todavia, essas informações escondem algumas especificidades econômicas e sociais, típicas de uma economia periférica e subdesenvolvida.** Embora muitos indicadores econômicos e sociais tenham apresentado melhorias qualitativas nos últimos dez anos, a desigualdade, em todos seus aspectos, é significativa e segue o padrão nacional, o que está relacionado ao nosso modelo de (sub)desenvolvimento. (Ibidem, p. 195, 2015 – grifo nosso).

No que diz respeito ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁴ da região, nos chama a atenção a diferença de níveis – às vezes na mesma cidade – justamente naquelas onde a urbanização foi mais crescente, que margeiam a Rodovia Presidente Dutra, como São José dos Campos e Jacareí.

Para Lefebvre (1989), além de a extensão do urbano homogeneizar o espaço, ela também o fragmenta e o hierarquiza. Ademais, quanto mais a cidade se estende, mais as relações sociais se degradam. A vida na cidade não deu lugar a relações sociais inteiramente novas, ao contrário: pode-se dizer que a extensão das antigas cidades e a constituição de novas conservam as relações de dependência, de dominação e de exploração. Desse modo, a vida nas cidades agravou-se em relação, por um lado, à extensão das formas urbanas e, por outro, à ruptura com as formas tradicionais do trabalho produtivo.

⁴ O IDH é uma medida comparativa utilizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que engloba três componentes: longevidade, educação e renda.

É nesse sentido que podemos compreender que as cidades de São José dos Campos e Jacareí estendem o urbano-industrial, com todas as implicações disso, inclusive pela tendência de homogeneizar todos os espaços com a ideia de “moderno”. A unidade escolar, por conseguinte, não está imune a essa tendência, já que não é possível pensar a política pública desterritorializada. No entanto, ao mesmo tempo em que a escola traz consigo essa ideia de moderno, até mesmo em seu “modo de ser escola”, ela também possibilita vislumbrar novas possibilidades do moderno.

2.1 O IFSP no Vale do Paraíba: entre desafios e possibilidades

Foi na década de 2010 que o IFSP se instalou nas cidades de São José dos Campos e de Jacareí, em 2012 e em 2014, respectivamente. Ao chegarmos no “chão” onde a política pública de educação profissional de âmbito federal se concretiza, faz-se necessário nos remetermos aos sujeitos que vivem esse espaço institucional, como também vivem a extensão urbana vale-paraibana. Para os sujeitos estudantes e seus familiares o ingresso no IFSP é, em geral, algo muito almejado. Isso se explica pelo fato de, na modernidade inconclusa brasileira, a educação nunca ter se constituído como um direito de fato. Dessa maneira, compreendemos que ações que visam à democratização da educação, como a expansão das instituições públicas e a Lei de “Cotas”, embora de abrangência limitada, são fundamentais no país.

Entretanto, apesar do relevante processo de democratização de ensino, sabemos que a criação dos Institutos Federais (IFs) não foi capaz de superar a dualidade que se perpetua na história educacional brasileira. O IFSP *Campus* Jacareí, por exemplo, ainda não oferece vagas para toda a demanda. O processo seletivo ainda se faz presente para o acesso aos cursos regulares dessas unidades escolares. Assim, identificamos que, no Vale do Paraíba, o IFSP não é a instituição que comporta mais estudantes (em quaisquer dos níveis de ensino), embora seu planejamento de expansão venha se concretizando.

Os IFs dispõem, em consonância com os preceitos constitucionais de democracia participativa, de instrumentos de participação social, os quais destacamos, em nível local: as audiências públicas, previstas para serem realizadas antes da implementação dos cursos, com o objetivo de decidir os eixos tecnológicos do *campus* e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que define a missão da instituição e as estratégias para atingir metas e objetivos.

Sabemos que, sobretudo devido à nossa frágil democracia – a qual, por sua vez, é consequência da nossa modernidade também frágil –, constitui-se ainda um desafio a prática desses instrumentos participativos para além da sua técnica, constituindo-se efetivamente numa ferramenta política democrática. Há ainda um longo caminho a seguir e, como nos aponta Koga e Ramos (2011), a política social de saúde brasileira é um exemplo nesse sentido, com uma trajetória ímpar de gestão territorializada.

Reconhecemos a importância de um diagnóstico socioterritorial consistente para a condução da política pública de educação profissional na direção da sua ampla democratização, assim como para a definição dos cursos a serem ofertados, conforme a demanda social e local. Entretanto, tal diagnóstico não deve se ater somente a estatísticas oficiais – embora elas sejam importantes – sob o risco de não conseguirmos identificar as questões mais essenciais do território, não apreendidas pelos dados ou até mesmo camufladas por eles.

Conforme nos aponta Koga e Ramos (2011), que tratam especificamente da política de assistência social brasileira, mas cuja análise podemos reportar para a educação profissional, constitui um dos principais desafios à política pública o (re)conhecimento das particularidades do território a partir de sua dinâmica, e não somente de suas estatísticas oficiais. Ao que os pesquisadores alertam sobre a insuficiência da dimensão territorial da política pública, caso ela permaneça restrita ao institucional, sem conseguir ir além do aspecto administrativo.

Nesse sentido, faz-se necessária a incorporação do que Koga e Ramos (2011) denominam “território vivo e vivido”, evidenciando os aspectos coletivo e público a se fortalecer nas mediações das ações cotidianas desenvolvidas no âmbito da política pública. Dessa maneira, uma possibilidade é (re)conhecer as trajetórias de vida dos sujeitos, denominados "usuários" das políticas públicas, sendo que relevantes estudos sobre cidades têm sido feitos tomando como referência a história de vida e a análise de trajetórias (Ibidem, 2011).

Reportar essa proposta à educação profissional e, mais especificamente, ao IFSP, parece-nos congruente com as reflexões que temos feito durante este trabalho, bem como com nossa experiência profissional nesse campo.

Acrescentamos à nossa reflexão a constatação de que tanto as instituições federais de uma maneira geral, quanto as unidades escolares, historicamente não estiveram em relação direta com as cidades em que estão instaladas, pois respondem a orientações e normativas do âmbito federal – num país em que a centralidade administrativa federal foi

imperativa e as políticas de descentralização e desconcentração dos serviços são recentes – e por vezes apresentam dificuldades em dialogar com as instituições dos outros entes federativos (estado e município). Se essa dificuldade é observada no âmbito administrativo, ela pode ser constatada mais fortemente quando se trata do “território vivido”.

Nesse percurso de reflexão, vamos nos aproximando de uma noção central lefebvriana: a de vida cotidiana. É, pois, na vida cotidiana, que o espaço vivido se realiza. Esse espaço vivido, por sua vez, é composto de muitos tempos. Retomando Martins (2015), podemos dizer que cada relação social tem sua idade e sua data, assim como cada elemento da cultura material e espiritual. Dessa forma, o que num primeiro momento aparece como simultâneo e contemporâneo é descoberto como remanescente de época específica. De modo que no vivido se faz efetivamente a combinação prática de coisas, relações e concepções que de fato não são contemporâneas.

Nesse sentido, é que, numa aproximação que ainda demanda maior aprofundamento, identificamos no cotidiano institucional do IFSP na região vale-paraibana a expressão caleidoscópica de que nos fala Ianni (2004), sendo afim ao pensamento de Martins (2015). Dessa expressão, citamos alguns elementos: a prevalência ainda do modo de ser trabalhador do modelo taylorista-fordista, coexistente e em conflito com o modelo de automação; a existência de traços do modo de vida caipira, cujos valores tradicionais são muito marcados; o imperativo do imaginário moderno que se constituiu na sociedade brasileira, que nega a tradição e não transforma a sociedade de fato.

Essas são algumas das contradições presentes nas cidades vale-paraibanas, devido à sua formação socio-histórica – que deve ser entendida em relação à formação brasileira. Não podemos deixar de lembrar que, no tocante ao sentido da colonização, o Vale do Paraíba do café, passando pela indústria e pela produção tecnológica, esteve sempre voltado para o objetivo exterior. Já sobre o peso do regime escravo, identificamos a história marcante da escravidão no Ciclo do Café no Vale do Paraíba, história tão pouco lembrada no território. E quanto ao desenvolvimento desigual e combinado, a região constituiu-se central em diferentes ciclos econômicos brasileiros, sendo que o espaço foi sendo construído para adaptar-se aos novos ciclos, num movimento de homogeneização.

Mais uma vez, ao retomar Ianni (2004), frisamos que há sempre alguma contemporaneidade entre as formas de pensamento e as de ser, os modos de vida e de trabalho e os de pensar, sentir e agir. Dessa maneira, faz-se necessário, ao lançarmos o olhar para o tempo presente, compreender esses (des)encontros de tempos em sua expressão na vida cotidiana, para analisar os desafios e pensar em possibilidades na

direção da democracia e da justiça social. Compreendemos que a educação e, em especial a educação para o trabalho, tem papel importante nesse direcionamento.

Dessa maneira, seguindo nossa análise, constituem algumas possibilidades para o IFSP no Vale do Paraíba: não negar as tradições presentes – o que não significa um retorno ao passado – com, por exemplo, a valorização de elementos da cultura caipira que favoreçam à sociabilidade, como o encontro em função das necessidades comunitárias e o lazer como prática criativa; reconhecer e fortalecer os pontos positivos do modelo taylorista-fordista que dizem respeito à organização da classe trabalhadora, mas não se restringindo às formas tradicionais de organização sindical (embora esta ainda seja primordial, ela não abrange todo o conjunto da classe trabalhadora hoje), pensando em estratégias territoriais urbanas, conforme nos aponta Harvey (2015); repensar o modo de ser escola numa outra perspectiva do moderno, em que façam parte do seu cotidiano institucional temas tão caros da cidadania e modernidade, como a democracia e a justiça social, e onde o moderno não busque a homogeneização espacial, mas sim a valorização da diversidade regional.

Sabemos que essas possibilidades não são fáceis de serem realizadas e que são muitos os desafios a se enfrentar, mas as pontuamos no sentido de que constituam um horizonte para possíveis ações do IFSP na região.

3. Considerações Finais

Com a nossa pesquisa, procuramos apreender algumas das determinações socio-históricas da política de educação profissional presentes no Vale do Paraíba, com vistas a compreender as bases em que foram implantadas unidades do IFSP nessa região. A partir disso, apontamos alguns desafios e possibilidades na interface entre o IFSP e o território. À guisa de conclusão, teceremos algumas considerações em relação aos caminhos e às análises feitas durante este trabalho. Cabe-nos assinalar que não temos a pretensão de esgotar o assunto: pelo contrário, a temática nos convoca a darmos continuidade em nossas reflexões.

O caminho teórico-metodológico que traçamos, com base numa aproximação com o referencial lefebvriano⁵, consistiu em datar historicamente as relações sociais presentes no território vale-paraibano, em interface com a formação socio-histórica brasileira e a trajetória da educação profissional no País. Identificamos que tal escolha metodológica, a nosso ver

⁵ A obra de Lefebvre é muito extensa e rica, nos provocando a um maior aprofundamento.

ainda pouco utilizada por assistentes sociais e nos estudos sobre educação e território, trouxe-nos resultados relevantes. Desvendar a produção do espaço em sua perspectiva histórica consiste numa necessidade, para que reconheçamos as temporalidades históricas e suas contradições constituintes da realidade. Tais contradições, por sua vez, são detentoras de possibilidades.

A partir do entendimento de que o Brasil é um país de modernidade inconclusa, um dos eixos de nossa análise consistiu em identificar o “moderno” enquanto uma determinação central da política de educação profissional no Vale do Paraíba. Dessa maneira, compreendemos que a ideia de “moderno” gestada na região traz em seu bojo a modernidade à brasileira, circunscrita ao âmbito das atividades econômicas e que nega os costumes, as tradições e a pobreza (MARTINS, 2015).

Essa ideia do moderno, que tem presença forte na região, inclusive dotada de “símbolos do moderno”, reverbera em todas as frações da vida social, manifestando-se igualmente no âmbito educacional. Assim, a educação profissional nesse território tende a incorporar essa ideia, que necessariamente não é moderna, pois preserva elementos da formação socio-histórica brasileira, como o peso do regime escravo, o sentido da colonização e o desenvolvimento desigual e combinado (IANNI, 2014). Mas, contraditoriamente, a unidade escolar também é um espaço onde se pode gestar uma outra noção de moderno. A modernidade, em países do capitalismo central, foi caracterizada pela ampliação da cidadania e pela construção dos direitos democráticos.

Consideramos que a política educacional tende a expressar, através de suas instituições, o que vimos chamando de determinações, presentes no território. As unidades escolares integram a dinâmica cotidiana do território onde se instalam, elas não chegam num “chão” vazio, são produto e também atuam na (re)produção dessa modernidade frágil. Mas, contraditoriamente, no movimento da história, também na vida cotidiana é que está presente a possibilidade do novo. Nesse sentido, a educação profissional pode ter um papel importante na construção desse novo.

REFERÊNCIAS

CAIRES, Vanessa Guerra; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora M. **Educação Profissional Brasileira: Da Colônia ao PNE 2014-2024**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

GOMES, Darcilene C.; CARDOSO, Soraia A. Dinâmica recente da produção e do emprego na Região Sudeste. In: **Mapa da educação profissional e tecnológica:**

experiências internacionais e dinâmicas regionais brasileiras. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2015. Cap. 7, p. 195-226.

HARVEY, David. **A classe trabalhadora hoje**. TV Boitempo. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JAxv64m4gsM>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

IANNI, O. **A Ideia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

KOGA, Dirce; RAMOS, Frederico. Trajetórias de vida: desafios da pesquisa sociourbanística e contribuição para a gestão pública. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 335-364, jun. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010166282011000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 18 mai. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282011000200008>.

LEFEBVRE, Henri. Quand la ville se perd dans la métamorphose planétaire, **Le Monde Diplomatique**, Dossier Le temps des ruptures, 1989.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.111, p.09-18, jul./dez. 2006.

NETO, Pedro Ribeiro M; MELLO, Leonardo Freire. Dinâmica Regional e Industrialização: diversificação e concentração espacial no Vale do Paraíba. In: COSTA, Sandra Maria Fonseca; MELLO, Leonardo Freire de. (Org.) **Crescimento Urbano e Industrialização em São José dos Campos**. São José dos Campos: Univap, 2010. (Série São José dos Campos: História e Cidade; v.5). p. 67-86.

OLIVEIRA, José Oswaldo S. de; GOMES, Cilene. Introdução à Urbanização Contemporânea: Espaços e Paisagens na Região do Vale do Paraíba (SP). In: COSTA, Sandra Maria Fonseca; MELLO, Leonardo Freire de. (Org.). **Crescimento Urbano e Industrialização em São José dos Campos**. São José dos Campos: Univap, 2010. (Série São José dos Campos: História e Cidade; v.5).p.33-65.

QUERIDO, Fabio Mascaro. As utopias indisciplinadas de um marxismo para o século XXI: o marxismo como crítica da modernidade. Entrevista com Michael Löwy. In: **Lutas Sociais**, São Paulo, n 21/22, p.183, 184, 2009.